

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**ANULAÇÃO – Tomada de Preços Nº PMC/007/2009**

**Objeto:** “Fornecimento de software e serviços correlatos para atender a diversas Secretarias Municipais”. Considerando a suspensão do certame, a partir de despacho proferido pelo Tribunal de Contas do Estado, datado de 16 de dezembro de 2009, decido anular o processo, que declarou a empresa PRODATA INFORMÁTICA LTDA, vencedora do certame, conforme art. 49 da Lei 8.666/93. Congonhas, 29/03/2010. **Anderson Costa Cabido, Prefeito Municipal**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº PMC/009/2010**

Ratifico, na forma do artigo 26, da Lei 8.666/93, de 21/06/93, as conclusões do parecer da Procuradoria Jurídica, favorável à dispensa de licitação, de acordo com o inciso XIII do artigo 24, da Lei 8.666/93 e suas alterações, para a contratação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, cujo objeto é a oferta de curso de Pós Graduação no período agosto de 2010 a dezembro de 2011, para atender a Secretaria Municipal de Educação, podendo a Diretoria de Contratos e Licitações formalizar o contrato. Congonhas, 30 de março de 2010. **Anderson Costa Cabido - Prefeito Municipal**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº PMC/010/2010**

Ratifico, na forma do artigo 26, da Lei 8.666/93, de 21/06/93, as conclusões do parecer da Procuradoria Jurídica, favorável à dispensa de licitação, de acordo com o inciso XIII do artigo 24, da Lei 8.666/93 e suas alterações, para a contratação do CEDAC Centro de Educação e Documentação Para Ação Comunitária, cujo objeto é a formação de professores e educadores da Educação Infantil da Rede Pública, podendo a Diretoria de Contratos e Licitações formalizar o contrato. Congonhas, 05 de abril de 2010. **Anderson Costa Cabido - Prefeito Municipal**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**ATA Nº PMC/040/10**

Partes: Município de Congonhas x Chumbinho Comércio de Materiais Esportivos Ltda- ME. Prazo: 12 meses. Valor: R\$15.911,50. Data: 05.04.10

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**ATA Nº PMC/041/10**

Partes: Município de Congonhas x GL Soldas Abrasivos e Segurança Ltda. Prazo: 12 meses. Valor: R\$3.751,85. Data: 05.04.10

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**ATA Nº PMC/042/10**

Partes: Município de Congonhas x Multiseg Uniformes e Equipamentos Ltda. Prazo: 12 Meses. Valor: R\$26.634,00. Data: 05.04.10

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**LEI N.º 2.941, DE 4 DE MARÇO DE 2010.**

**Dispõe sobre a utilização, pelo Município de Congonhas de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis e dá outras providências.**

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito, promulgo e sanciono a seguinte Lei:

**Art 1º** Na construção e na recuperação de vias públicas, o município de Congonhas, utilizará preferencialmente massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis, observados os percentuais de mistura definidos em norma técnica de engenharia.

**Parágrafo único.** Nos processos licitatórios de obras que envolvam a utilização de asfalto, o município de Congonhas estabelecerá a utilização preferencial da massa asfáltica a que se refere o caput, bem como especificará a norma técnica de engenharia a ser adotada para a composição.

**Art. 2º** Esta Lei será regulamentada no prazo improrrogável de até cento e oitenta dias contados a partir de sua publicação.

Congonhas, 04 de março de 2010.

**ANDERSON COSTA CABIDO**  
**Prefeito de Congonhas**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**LEI N.º 2.942, DE 12 DE MARÇO DE 2010.**

**Dispõe sobre a remissão de construções clandestinas ou irregulares no Município de Congonhas.**

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito, promulgo e sanciono a seguinte Lei:

**Art 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a remissão de edificações clandestinas ou irregulares do Município, observadas as disposições desta Lei.

**Art. 2º** A remissão não será concedida à edificação:

**I** – Que estiver edificada em áreas públicas;  
**II** – Que estiver sido ajuizada ação judicial de nunciação de obra nova ou demolitória;

**III** – Que afetem direito de terceiros sem a prévia autorização dos mesmos;

**IV** – Que o proprietário, possuidor ou interessado tenha débitos junto à Fazenda Pública, quer seja do imóvel a ser remido, quer seja outro imóvel de sua propriedade;

**V** – Que resulte em lote cujo tamanho seja inferior ao exigido na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979.

**VI** – Que esteja em área de risco ou que ponha em risco a segurança da população.

**Art. 3º** Poderão ser regularizadas uma ou mais edificações no mesmo lote, desde que atendidas as condições estabelecidas nesta Lei.

**Art. 4º** Para a regularização dos imóveis, a edificação deverá observar os seguintes requisitos:

**I** – Apresentar condições mínimas de habitabilidade, higiene, segurança de uso e estabilidade;

**II** – Ter sido concluída até a data de início da vigência desta lei;

**III** – Ter sido consolidada a data de início da vigência desta lei.

Entende-se por obra consolidada aquela que possua fundação, paredes erguidas e cobertura, que poderá ser de laje, telhado ou outros materiais, desde que já executada.

**IV** – Possuir projetos de regularização de obra protocolado e em tramitação na Prefeitura Municipal.

**V** – Estar concluída fora das faixas não edificantes junto a rios, córregos, fundo de vale, e fora das faixas de servidão de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações, linhas de energia de alta tensão, adutoras e fora das faixas de domínio de ferrovias, rodovias e estradas.

**Art. 5º** Somente os imóveis concluídos ou consolidados até a data de início de vigência desta lei e que abriguem usos não conformes com o zoneamento em que se localizam, poderão ser regularizados.

**Parágrafo único.** Quando necessário, para regularização do imóvel de que trata o caput deverá ser submetido a parecer favorável da Diretoria de Meio Ambiente e/ou CODEPLAN – Conselho Municipal de Planejamento, no que tange à competência de cada.

**Art. 6º** Não constituem óbice para a regularização do imóvel de que trata esta Lei as situações seguintes:

**I** – a inobservância aos recuos, taxa de ocupação, índice de aproveitamento e outros parâmetros da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Congonhas, exceto quanto à metragem mínima do terreno;

**II** – A projeção de elementos construídos, tais como marquise, balanço de corpo fechado, sacada, terraço ou varanda, de pavimento superiores de edificações, dentro do limite do alinhamento do passeio público.

**Art. 7º** As regularizações de edificações localizadas na área das ambiências históricas deverão ser submetidas à apreciação e respeitadas as normas e regulamentos do IPHAN – Instituto de Patrimônio e Artístico Nacional e COMUPHAC – Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Congonhas.

**Art. 8º** A Prefeitura poderá exigir obras de adequação para garantir a estabilidade, a segurança, a higiene, a salubridade e o respeito ao direito de vizinhança, desde que concluídas no prazo máximo de 06 (seis) meses, a partir da ciência do interessado.

**Art. 9º** A regularização de edificações nos termos desta Lei dependerá de protocolo na Prefeitura Municipal de Congonhas, de requerimento específico acompanhado de fotografias e dos documentos necessários para aprovação de projeto de edificações citados na Lei Municipal 2116, de 31/10/1996 – Código de Obras Municipal.

**§ 1º** Os pedidos de regularização dos imóveis deverão ser protocolados, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta lei.

**§ 2º** A planta de edificação objeto do pedido de regularização deverá ser assinada por profissional legalmente habilitado.

**§ 3º** Caso o proprietário do imóvel tenha anexado a planta de edificação em solicitação anterior de pedido de regularização, não necessitará apresentá-la novamente, devendo informar o número do

protocolo do pedido anterior.

**§ 4º** Após o protocolo do pedido, a Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Obras em conjunto com a Secretaria Municipal de Gestão Urbana, efetuará vistoria, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para constar a existência da construção e suas condições de uso.

**§ 5º** Caberá ao setor responsável pela aprovação de projetos, mediante ofício, comunicar àqueles cidadãos que já deram entrada com o pedido, informando-lhes sobre o prazo e os documentos faltosos, a fim de concluírem a regularização do imóvel.

**§ 6º** A Prefeitura Municipal de Congonhas fornecerá modelos padronizados de requerimento, de laudo de segurança para edificação clandestina/irregular a ser regularizada, e termo de anuência, conforme anexos I, II e III.

**§ 7º** Será exigida a anuência do proprietário do imóvel vizinho para o caso em que a edificação apresente vãos de iluminação e ventilação abertos a menos de 1,5m (um metro e meio) das divisas do terreno vizinho ou a menos de 75cm (setenta e cinco centímetros) da perpendicular da divisa.

**Art. 10.** A Prefeitura Municipal de Congonhas analisará o pedido no prazo máximo de 03 (três) meses, a partir da data do protocolo do pedido.

**Art. 11.** As irregularidades ou omissões sanáveis serão objeto de comunicação, para que o interessado tome as providências cabíveis.

**Art. 12.** O processo será arquivado, com perda de direito à regularização do imóvel, se não houver manifestação do interessado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados o recebimentos da comunicação ou em caso do não atendimento das correções.

**Art. 13.** Para fins de regularização dos imóveis clandestinos e irregulares em desconformidade com a Lei de Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras do Município e Plano Diretor, serão cobradas as devidas compensações do imóvel cuja construção não tenha respeitado o embargo da Prefeitura, no valor de 300 (trezentas) UPMC – Unidade Padrão do Município de Congonhas.

**Art. 14.** O imóvel cuja edificação tenha sido concluída até a data da promulgação da Lei 2.624, 21 de junho de 2006, não será cobrado valor de compensação.

**Parágrafo único** – O proprietário deverá comprovar a existência do imóvel antes da data da Lei mencionada no caput.

**Art. 15.** Os recursos oriundos dos valores pagos a título de compensação desta lei serão destinados ao Fundo Municipal de Habitação.

**Art. 16.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 12 de março de 2010.

**ANDERSON COSTA CABIDO**  
Prefeito de Congonhas

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**PORTARIA N.º PMC/211, DE 16 DE MARÇO DE 2010.**

**Designa servidor que menciona.**

O PREFEITO DE CONGONHAS, usando das atribuições que lhe conferem o art. 89, inciso I, Lei Orgânica do Município, e fundamentado nas Leis n.ºs. 2.918, de 1º de janeiro de 2010 e 2.921, de 15 de janeiro de 2010,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar **Flávio Santana Rodrigues**, para exercer a função gratificada com atribuições de Coordenador do Portal do Servidor e do Diário Eletrônico.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 16 de março de 2010.

**ANDERSON COSTA CABIDO**  
Prefeito de Congonhas

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**PORTARIA N.º PMC/212, DE 16 DE MARÇO DE 2010.**

Designa servidor que menciona.

O PREFEITO DE CONGONHAS, usando das atribuições que lhe conferem o art. 89, inciso I, Lei Orgânica do Município, e fundamentado nas Leis n.ºs. 2.918, de 1º de janeiro de 2010 e 2.921, de 15 de janeiro de 2010,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar Luciene Márcia Conceição Souza, para exercer a função gratificada com atribuições de Coordenadora do Setor de Protocolo.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 16 de março de 2010.

**ANDERSON COSTA CABIDO**  
Prefeito de Congonhas

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**PORTARIA N.º PMC/213, DE 16 DE MARÇO DE 2010.**

Designa servidor que menciona.

O PREFEITO DE CONGONHAS, usando das atribuições que lhe conferem o art. 89, inciso I, Lei Orgânica do Município, e fundamentado nas Leis n.ºs. 2.918, de 1º de janeiro de 2010 e 2.921, de 15 de janeiro de 2010,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar Luzinete Aparecida Barboza Martins, para exercer a função gratificada com atribuições de Coordenadora de Acompanhamento de Contratos.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 16 de março de 2010.

**ANDERSON COSTA CABIDO**  
Prefeito de Congonhas

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**PORTARIA N.º PMC/214, DE 16 DE MARÇO DE 2010.**

Designa servidor que menciona.

O PREFEITO DE CONGONHAS, usando das atribuições que lhe conferem o art. 89, inciso I, Lei Orgânica do Município, e

fundamentado nas Leis n.ºs. 2.918, de 1º de janeiro de 2010 e 2.921, de 15 de janeiro de 2010,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar Flaviana de Moura Oliveira, para exercer a função gratificada com atribuições de Coordenadora de Padronização de Produtos.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 16 de março de 2010.

**ANDERSON COSTA CABIDO**  
Prefeito de Congonhas

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**PORTARIA N.º PMC/215, DE 16 DE MARÇO DE 2010.**

Designa servidor que menciona.

O PREFEITO DE CONGONHAS, usando das atribuições que lhe conferem o art. 89, inciso I, Lei Orgânica do Município, e fundamentado nas Leis n.ºs. 2.918, de 1º de janeiro de 2010 e 2.921, de 15 de janeiro de 2010,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar Leonardo Gabriel, para exercer a função gratificada com atribuições de Coordenador de Fiscalização de Obras.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 16 de março de 2010.

**ANDERSON COSTA CABIDO**  
Prefeito de Congonhas

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**PORTARIA N.º PMC/216, DE 16 DE MARÇO DE 2010.**

Designa servidor que menciona.

O PREFEITO DE CONGONHAS, usando das atribuições que lhe conferem o art. 89, inciso I, Lei Orgânica do Município, e fundamentado nas Leis n.ºs. 2.918, de 1º de janeiro de 2010 e 2.921, de 15 de janeiro de 2010,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar Geraldo Eustáquio Rosa, para exercer a função gratificada com atribuições de Coordenador de Processos e Atestados.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 16 de março de 2010.

**ANDERSON COSTA CABIDO**  
Prefeito de Congonhas

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**PORTARIA N.º PMC/217, DE 16 DE MARÇO DE 2010.**

**Designa servidor que menciona.**

O PREFEITO DE CONGONHAS, usando das atribuições que lhe conferem o art. 89, inciso I, Lei Orgânica do Município, e fundamentado nas Leis n.ºs. 2.918, de 1º de janeiro de 2010 e 2.921, de 15 de janeiro de 2010,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar Reginaldo Casseano da Silva Cunha, para exercer a função gratificada com atribuições de Coordenador de Serviços Administrativos e de Pessoal.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 16 de março de 2010.

**ANDERSON COSTA CABIDO**  
Prefeito de Congonhas

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**PORTARIA N.º PMC/218, DE 16 DE MARÇO DE 2010.**

**Designa servidor que menciona.**

O PREFEITO DE CONGONHAS, usando das atribuições que lhe conferem o art. 89, inciso I, Lei Orgânica do Município, e fundamentado nas Leis n.ºs. 2.918, de 1º de janeiro de 2010 e 2.921, de 15 de janeiro de 2010,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar Regina Maria Barbosa Seixas Fonteles, para exercer a função gratificada com atribuições de Coordenadora de Serviços Administrativos de Engenharia e Obras.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 16 de março de 2010.

**ANDERSON COSTA CABIDO**  
Prefeito de Congonhas

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**PORTARIA N.º PMC/219, DE 16 DE MARÇO DE 2010.**

**Designa servidor que menciona.**

O PREFEITO DE CONGONHAS, usando das atribuições que lhe conferem o art. 89, inciso I, Lei Orgânica do Município, e fundamentado nas Leis n.ºs. 2.918, de 1º de janeiro de 2010 e 2.921, de 15 de janeiro de 2010,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar Jacqueline Gilma de Paula, para exercer a função gratificada com atribuições de Coordenadora de Máquinas e Transportes.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 16 de março de 2010.

**ANDERSON COSTA CABIDO**  
Prefeito de Congonhas

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**PORTARIA N.º PMC/220, DE 16 DE MARÇO DE 2010.**

**Exonera ocupante de cargo efetivo.**

O PREFEITO DE CONGONHAS, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, Parágrafo único, da Lei n.º 1.892, de 12 de janeiro de 1993,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Exonerar, a pedido, o servidor Ubirani Silva Nascimento, do cargo efetivo de Médico, a partir de 2 de março de 2010, conforme Processo Administrativo n.º PMC/5952/06.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de março de 2010.

Congonhas, 16 de março de 2010.

**ANDERSON COSTA CABIDO**  
Prefeito de Congonhas

**EXPEDIENTE**

**ÓRGÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL**  
**DE CONGONHAS**

**ÓRGÃO GESTOR:**

Secretaria Municipal de Administração

**ÓRGÃOS PUBLICADORES:**

Secretaria Municipal de Administração

Secretaria Municipal de Finanças

Secretaria Municipal de Governo

FUMCULT

PREVCON